

do artigo 84.º da Lei n.º 66-B/2012 e com o despacho n.º 36/2013, de 26 de julho, do CEMFA:

#### Quadro de oficiais TMAEQ

MAJ TMAEQ Q-e 045151-H, Constantino José Carneiro Tapum Pereira — BA 5.

2 — Conta esta situação desde 31 de dezembro de 2013.

2 de janeiro de 2014. — Por subdelegação do Comandante do Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Diretor, *José Alberto Figueiro da Mata*, MGEN/PILAV. 207594823

## MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

### Polícia de Segurança Pública

#### Direção Nacional

#### Despacho (extrato) n.º 2376/2014

Por despacho de 29 de janeiro de 2014, do diretor nacional-adjunto da Unidade Orgânica de Recursos Humanos e por terem cessado os fundamentos de suspensão da eficácia, é nomeado na categoria de agente principal, pelo concurso de avaliação curricular n.º 5/2009, o agente M/147149 — Ricardo Augusto Garcia Correia, do Comando Metropolitano do Porto, ocupando o seu lugar n.º 302 na lista de classificação final do concurso, com efeitos reportados a 11 de março de 2010, considerando a exceção prevista no n.º 7 do artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro.

30 de janeiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Recursos Humanos, *Manuel João*, técnico superior.

207596395

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

#### Despacho n.º 2377/2014

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 3.º, no n.º 8 do artigo 4.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de apoio técnico administrativo ao meu gabinete, Helena Maria Cardoso Salvador Pinto Almeida, com fundamento na experiência acumulada de mais de 17 anos no exercício de funções de apoio técnico, ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, e apoio técnico administrativo ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, em gabinetes ministeriais na área da Justiça.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 30 de dezembro de 2013.

3 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

17 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

#### NOTA CURRICULAR

##### Identificação

Nome — Helena Maria Cardoso Salvador Pinto Almeida  
Data de Nascimento — 16 de julho de 1969  
Naturalidade: Lisboa

##### Habilitações Académicas

12.º ano do ensino secundário

##### Atividade Profissional

Desde 1 de janeiro de 2012, designada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, para o exercício de funções de apoio técnico administrativo no gabinete do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

De 1 de junho de 1996 a 31 de dezembro de 2011, contratada ao abrigo da parte final do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de julho, para os gabinetes dos membros do Governo na área da Justiça, para o desempenho de funções de apoio técnico, nomeadamente, funções de tratamento informático, documental, legislativo e de expediente;

De 1995 a 1996 — Mercamaqui, L.<sup>da</sup> — secretariado, atendimento de clientes e fornecedores, faturação, gestão de *stocks*, processamento de vencimentos e apoio à contabilidade;

De 1988 a 1995 — Gama da Silva, L.<sup>da</sup> (representante da Toshiba em Portugal) — secretariado, atendimento de clientes e fornecedores, faturação, gestão de *stocks*, processamento de vencimentos e apoio à contabilidade;

De 1987 a 1988:

Agência Manpower:

Banco Credit Lyonnais; operadora de registo de dados;

Transtejo: secretariado e atendimento;

Locaport-Grupo CGD: operadora de registo de dados; gestão de *stocks*; apoio na secção de correio.

#### Formação Profissional

2006 — Curso de “Gestão Documental SmartDocs V.3 Utilização” no Ceger;

1998 — Curso “O Protocolo nos Serviços Públicos” no INA;

1998 — Curso de “SmartDocs — Utilização” no ICL;

1996 — Curso de “Word for Windows 6.0” na DGSI;

1996 — Curso de “Word 6.0 Básico” no ICL.

1994 — Curso de “Datilografia” na Tecla Academia.

207597197

#### Despacho n.º 2378/2014

1 - Ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de secretária pessoal do meu gabinete Ana Maria Almeida Francisco Nunes da Veiga, assistente técnica do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2 - Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 30 de dezembro de 2013.

3 - Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

17 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

#### NOTA CURRICULAR

##### I – Identificação:

Nome: Ana Maria de Almeida Francisco Nunes da Veiga  
Nacionalidade: Portuguesa  
Data de nascimento: 1 de fevereiro de 1963

##### II - Habilitações Literárias:

12.º ano - Frequência do 3.º ano Licenciatura em Administração Pública, ISCSP

##### III – Formação profissional:

Automatização de Processos Administrativos: Do Office ao Workflow; Internet-Redes de Informação e Correio Eletrónico; Inglês para contactos com o Público; O Protocolo nos Serviços Públicos; Word Avançado; Access 2000; Arquivos Correntes; Sensibilização ao Euro; VI Encontro Anual de Secretárias Executivas; Gestão de Documentos e Substituição de Suportes; Power Point97; Excel Iniciado; Secretariado de Alto Nível; Curso de Francês (INA); Introdução às Técnicas de Secretariado.

##### IV – Experiência profissional:

De 30 de junho de 2011 a 29 de dezembro de 2013, exerceu o cargo de secretária pessoal de Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça;

De 15 de março a 29 de junho de 2011, desempenhou funções de secretariado e de apoio técnico-administrativo ao Presidente da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes.

De 30 de novembro de 2010 a 14 de março de 2011, desempenhou funções no Serviço de Relações Públicas do Ministério da Justiça (SGMJ).

De 3 de novembro de 2009 a 29 de novembro de 2010, exerceu o cargo de secretária pessoal de Sua Excelência o Secretário de Estado da Justiça.

De julho de 2000 a novembro de 2009, desempenhou funções de secretária pessoal da Secretária-Geral do Ministério da Justiça.

De abril de 1983 a julho de 2000, desempenhou funções de secretária de direção na Direção-Geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.

De janeiro a março de 1983, desempenhou funções de secretariado e administrativas na Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação do Gabinete de Estudos e Planeamento.

De junho de 1981 a dezembro de 1982, desempenhou funções administrativas no Gabinete do Registo Nacional.

#### Outras atividades relevantes:

Em acumulação com as funções de secretariado, foi designada:

2006/2009: Secretariado e apoio técnico-administrativo ao Controlador Financeiro do Ministério da Justiça.

1996/1998: Apoio técnico-administrativo à Comissão de Reforma da Lei da Liberdade Religiosa.

1990/1995: Seleção e tratamento da informação veiculada pela imprensa, relativa ao Sistema Justiça

1989: Formadora novos utilizadores do “Display Write/36”, GEPMJ.

1988: Participou na organização do VII Colóquio do Conselho da Europa sobre a utilização da informática na Administração Pública, que se realizou em Lisboa.

207593998

### Direção-Geral da Administração da Justiça

#### Declaração de retificação n.º 147/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 362/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 6, de 9 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — referência PCTS 7/DSJCJI/DF/TSJ/2013, saiu com a seguinte inexatidão, que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.5 — [...] Conhecimentos Específicos [...];

c) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais — LOFTJ (Lei n.º 3/99 de 19 de janeiro) na sua versão atualizada). O presente diploma bem como o respetivo regulamento (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada) foram revogados pela Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, que aprova a nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais. Deverá ser consultado o artigo 187.º do referido diploma, na sua versão atualizada, relativamente à sua aplicação faseada em todo o território nacional.»

deve ler-se:

«11.5 — [...] Conhecimentos específicos [...];

c) Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 3/99, de 13 de janeiro, na sua versão atualizada, e Lei n.º 52/2008, de 28 de agosto, na sua versão atualizada), e respetivos regulamentos (Decreto-Lei n.º 186-A/99, de 31 de maio, na sua versão atualizada, e Decreto-Lei n.º 28/2009, de 28 de janeiro, na sua versão atualizada);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.  
207591307

#### Declaração de retificação n.º 148/2014

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Publicação de Atos no *Diário da República*, aprovado pelo despacho normativo n.º 35-A/2008, de 28 de julho, revisto e republicado pelo despacho normativo n.º 13/2009, de 19 de março, declara-se que o aviso n.º 294/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2014, que torna pública a abertura de procedimento concursal para constituição de reservas de recrutamento, para preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, do mapa de pessoal da Direção-Geral da Administração da Justiça — Referência PCTS 6/DSJCJI/DAGD/HIST/2013, saiu com a seguinte inexatidão que assim se retifica:

Onde se lê:

«11.4 — Conhecimentos Específicos;

b) Regulamento de Conservação Arquivística dos tribunais Judiciais (Portaria n.º 1003/99, de 10 de Novembro);»

Deve ler-se:

«11.4 — Conhecimentos Específicos;

b) Regulamento de Conservação Arquivística dos Tribunais Judiciais e dos Tribunais Administrativos e Fiscais (Portaria n.º 368/2013, de 24 de dezembro);»

28 de janeiro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

207591623

### Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

#### Aviso (extrato) n.º 2225/2014

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que Maria de Belém Pereira Diogo Medeiros denunciou, nos termos do artigo 74.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com esta Direção-Geral, para o exercício de funções na carreira/categoria de técnico superior, com efeitos a 31 de outubro de 2013.

31 de janeiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julietta Nunes*.

207595099

#### Aviso (extrato) n.º 2226/2014

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que Simão Manuel de Matos Borrega denunciou, nos termos do artigo 74.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado com esta Direção-Geral, para o exercício de funções na carreira/categoria de técnico superior, com efeitos a 30 de novembro de 2013.

31 de janeiro de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julietta Nunes*.

207595122

#### Despacho (extrato) n.º 2379/2014

1 — Por despacho do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 17/01/2014, proferido na sequência de pareceres favoráveis dos membros do Governo das Finanças e da Justiça, de acordo com o previsto no n.º 8 do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, foram promovidos à categoria de guarda principal os guardas prisionais a seguir identificados, ficando posicionados no escalão 1, índice 170, da categoria:

N.º ordem	Nome
1	José Miguel Marques Mendonça
2	Rui António Dias Costa
3	Ricardo Jorge Brandão Chaves Silva
4	Carlos Adelino Vasques Barroco
5	António Manuel Almeida Loureiro
6	Norberto Fernando Rei Martins
7	Carlos Alberto Gomes Ferreira
8	João Armando Ferreira
9	Jorge Manuel Frutuoso Costa
10	Ricardo Bruno Costa Andrade
11	Silvério Jesus Faustino
12	Vitor Paulo Pereira Pimentel
13	José Rosário Pita Vieira
14	Artur Jorge Vidais Rosa
15	Amândio Eduardo Sousa Loureiro
16	Pedro Emanuel Amorim Fernandes
17	António Teixeira Correia
18	Homero Luís Bastos Monteiro
19	Carlos Alberto Ferreira Soeiro Costa
20	Jorge Manuel Silva Machado
21	Jorge Miguel Pires Santos
22	João Paulo Lopes Gomes
23	Vitor Miguel Lucio Relveiro
24	Filipe Manuel Pires Lourenço